



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (Refinaria Riograndense) submete à apreciação de V.Sas. seu Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao ano de 2009. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária, vêm acompanhadas por parecer sem ressalvas dos auditores independentes.

Perfil da Companhia

A Refinaria Riograndense tem como principal atividade produzir e comercializar derivados de petróleo, tendo como principais produtos Gasolina Automotiva, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, Asfalto, GLP, Agurrás e Solventes Especiais.

Ambiente Econômico-Operacional

O ano de 2009 começou refletindo a retração da atividade econômica mundial decorrente da crise financeira advinda do último trimestre de 2008, resultando na queda do nível de emprego e dos preços das principais commodities, dentre as quais o petróleo. Ainda no início de 2009, os principais países desenvolvidos e em desenvolvimento promoveram ações coordenadas, com destaque para a redução de impostos e das taxas de juros, objetivando mitigar os riscos de uma recessão profunda e de longa duração.

No Brasil, as medidas adotadas permitiram que a crise financeira internacional atingisse com menor intensidade os principais setores da economia, com destaque para a renúncia fiscal, ampliação dos gastos públicos e utilização das instituições bancárias vinculadas ao governo federal para restaurar, parcialmente, a liquidez do sistema financeiro nacional. Estas medidas possibilitaram uma recuperação econômica mais rápida para o Brasil, quando comparado a maioria das principais economias do mundo. Em meados do segundo trimestre de 2009, alguns indicadores apresentaram resultados positivos em vários países, dentre os quais o Brasil. Esta melhor percepção da economia brasileira propiciou a valorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos, ocasionando a perda da competitividade da indústria nacional, tanto na exportação como em relação aos produtos importados. Ressaltam-se nesta ocasião a importação de derivados de petróleo em preços menores aos praticados no Brasil, resultando em adequação na política de preços do óleo diesel e da gasolina pelos produtores nacionais.

No terceiro trimestre foram percebidos indicadores ainda mais favoráveis para a economia brasileira, tais como o retorno da liquidez financeira, o aquecimento da demanda interna e a melhora de índices na Bolsa de Valores, a qual recuperou grande parte das perdas decorrentes da crise internacional. Por fim, em relação ao câmbio houve uma apreciação de 26% do Real frente ao dólar americano no ano de 2009.

Neste contexto, a Refinaria de Petróleo Riograndense S/A planejou e desempenhou suas atividades buscando maximizar os resultados em um ambiente favorável para o refino, especialmente quanto a aquisição de matéria-prima com custos adequados aos preços de vendas dos principais derivados de petróleo durante o ano de 2009.

A REFINARIA RIOGRANDENSE EM 2009

Atividade de refino

O petróleo tipo Brent, referência de preço de petróleo no mercado internacional, iniciou o ano cotado a US\$ 43,6 por barril, ainda impactado pela crise financeira de 2008, porém seu preço foi aumentando gradativamente ao longo do ano, alcançando seu maior valor em novembro, US\$ 78,9 por barril, fechando o ano cotado a US\$ 74,3 por barril. A média do Brent em 2009 foi de US\$ 61,5 por barril, inferior em 37% à média de 2008, que alcançou US\$ 97,0 por barril.

Em junho, houve uma redução nos preços da gasolina e óleo diesel nas refinarias em 3,7% e 14,5%, respectivamente. O gás de cozinha (GLP) tipo P-13 não sofreu reajuste em 2009. Os demais produtos no Brasil, que têm regras definidas de reajuste, comportaram-se de acordo com a evolução do cenário internacional.

Investimentos

Investimentos Operacionais

Em 2009 houve a retomada dos investimentos na Refinaria Riograndense, que somaram R\$ 9,3 milhões realizados durante o ano, o maior volume registrado nos últimos 7 (sete) anos da companhia, sendo estes destinados especialmente à confiabilidade operacional, ampliação da capacidade de estoque, nova unidade para expedição de asfalto e em investimentos relacionados à Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

Excelência Operacional – Tecnologia, Qualidade, Segurança e Meio Ambiente

A Refinaria Riograndense tem a preocupação permanente de harmonizar a produção industrial, meio-ambiente e qualidade de vida para alcançar o crescimento sócio-econômico sustentável, como também garantir a segurança dos seus empregados e da comunidade, assegurando dessa maneira a proteção dos ativos.

Nesse sentido, a Refinaria Riograndense obteve a aprovação pela Bureau Veritas Certification nas duas auditorias externas realizadas durante o ano de 2009 para a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, conforme a NBR ISO 14001:2004, assim como aprovação na auditoria da CONAMA 306.

Além dessas auditorias, a Refinaria Riograndense foi recomendada pelo Órgão Ambiental como uma opção correta para o tratamento de resíduos oleosos oriundos de terminais portuários.

Dentre as ações realizadas neste exercício, destacam-se as palestras de conscientização ambiental para todos os empregados (próprios e terceiros) e os treinamentos para combate a incêndio, proteção respiratória, NR 10 e NR 33, e na NR 13 para os operadores de caldeira.

Em 2009 a Refinaria Riograndense contratou uma Consultoria para realização da Análise Preliminar de Risco (APR), objetivando identificar potenciais riscos ainda não mapeados em seus processos.

Em 2009 foram investidos cerca de R\$ 996 mil nas áreas de meio ambiente, segurança e qualidade, direcionados para a melhoria de equipamentos de proteção da planta industrial, tratamento de efluentes, resíduos sólidos, possibilitando também a retirada e posterior co-processamento de aproximadamente 1.396 toneladas da borra dos tanques. A Refinaria Riograndense entende que a segurança faz parte de um conjunto de ações que envolvem o bem-estar dos seus colaboradores, da comunidade local e do meio ambiente em que está inserida. Para isso, a Companhia centralizou, em uma coordenação específica, as áreas de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e normas da Qualidade - COSSEMAQ.

Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social

A valorização dos empregados é uma marca histórica da Refinaria Riograndense, através de uma política de recursos humanos que permite um relacionamento de longo prazo entre a empresa e o funcionário. Em 2009 a Refinaria Riograndense ampliou de maneira significativa o seu programa de desenvolvimento profissional, o qual superou em cinco vezes o investimento realizado em 2008. Além disso, a empresa possui um pacote de benefícios aos seus empregados, tais como participação nos lucros, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar para os filhos de funcionários, plano de saúde e plano de previdência privada.

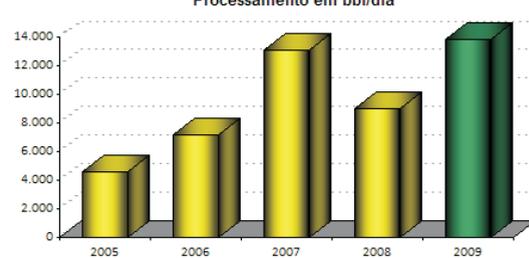
A Refinaria Riograndense entende que faz parte da sua responsabilidade social contribuir com projetos para melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional. Em 2009 foram investidos R\$ 45 mil em projetos sociais.

Desta forma, a Refinaria Riograndense contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul, através da geração de um maior volume de impostos decorrentes de suas operações e da geração de renda, direta e indireta.

Produção e comercialização

A Refinaria Riograndense operou durante o ano de 2009 em sua plena capacidade de produção, atingindo o recorde de processamento de petróleo de 13.858 barris por dia, patamar nunca antes alcançado na história da companhia, correspondente a um processamento 52,8% superior em relação ao realizado em 2008. Esta produção foi direcionada para maximização de produtos de maior margem (Gasolina e Diesel), que representaram 69% do volume total produzido.

Processamento em bbl/dia



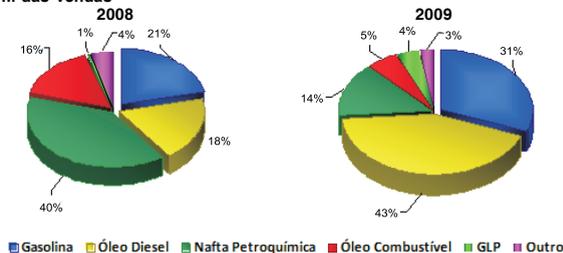
O mercado brasileiro de produtos derivados de petróleo em 2009 alcançou um crescimento de 1,9% em relação a 2008, conforme dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) até novembro. No Estado do Rio Grande do Sul esses mesmos produtos tiveram um crescimento de 1,5% no período.

Neste ano de 2009, a Refinaria Riograndense recuperou a sua importância no mercado de combustíveis da região, atingindo 5,2% de participação do volume total dos derivados de petróleo comercializados no Estado do Rio Grande do Sul, o que foi possível a partir do reconhecimento da qualidade de seus principais produtos e da confiabilidade de entrega, baseada em sua continuidade operacional.

O market share da companhia, até novembro, segmentado por produto no Rio Grande do Sul, atingiu os patamares de 9,3% na gasolina automotiva, 9,6% no óleo diesel, 5,7% no óleo combustível, 4,0% no gás liquefeito de petróleo (GLP), 6,3% no asfalto e 2,8% da nafta petroquímica. As vendas em 2009 totalizaram 737 mil m³, maiores 285 mil m³ em relação ao ano anterior. Além disso, destaca-se que em novembro/2009 a Refinaria Riograndense alcançou o recorde histórico de vendas de diesel em um único mês, no volume de 40 mil m³.

Ressalta-se que no volume total de vendas não estão considerados os processamentos de petróleo para a Petrobras, em conformidade com o contrato de industrialização que foi celebrado em 2008 e renovado em 2009.

Perfil das Vendas



ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2009

Destaques Financeiros

Valores expressos em R\$ mil

Indicadores Financeiros	2009	2008
Lucro Operacional Bruto	97.341	(15.413)
Lucro (Prejuízo) Líquido na Atividade	30.474	(45.286)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	(17.861)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	30.474	(37.836)
EBITDA	75.600	(38.750)

Receita Líquida

A Refinaria Riograndense apresentou em 2009 uma receita líquida de R\$ 752,9 milhões, superior em 46,8% à receita líquida de 2008, principalmente em função da maior quantidade comercializada de óleo diesel e gasolina, que apresentaram um aumento de 124% e 267%, respectivamente, em relação a 2008.

EBITDA

O EBITDA alcançou um resultado positivo de R\$ 75,6 milhões em 2009, oriundo das margens positivas de refino no período, contra um resultado negativo de R\$ 38,7 milhões em 2008.

O EBITDA é uma medida comumente utilizada, que se aproxima do resultado operacional. A inclusão de informações sobre EBITDA visa representar uma medida de nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez. O EBITDA é calculado conforme demonstrado a seguir:

Cálculo do EBITDA	2009	2008
Lucro antes dos Efeitos Tributários e Participações ...	43.193	(37.836)
(+/-) Resultado Financeiro	29.060	2.986
(+/-) Resultado Não Operacional	(146)	(25.311)
(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial	-	17.861
(+/-) Depreciação e amortização	3.493	3.550
(=) EBITDA	75.600	(38.750)

Lucro/Prejuízo Líquido

O lucro líquido do exercício de 2009 atingiu R\$ 30,5 milhões, superior em R\$ 68,3 milhões em relação a 2008.

Endividamento

Em relação à sua estrutura de capital, destaca-se que a Refinaria Riograndense obteve um aporte de R\$ 15 milhões dos seus acionistas no início de 2009 e estruturou operações financeiras com perfis mais adequados, alongando e equacionando o seu endividamento bancário, ampliando o prazo médio ponderado da dívida para 10 meses no final de 2009, permitindo assim eliminar a sua vulnerabilidade de curto prazo. A Refinaria Riograndense encerrou o exercício de 2009 com um endividamento bruto de R\$ 105 milhões, 38% superior ao valor de dezembro de 2008, devido a um maior nível de atividade operacional, ocasionando uma maior necessidade de capital de giro.

Perspectivas

Para 2010, as perspectivas de resultados para a Refinaria Riograndense são favoráveis, com investimentos já aprovados por seus acionistas no montante de R\$ 14,0 milhões, 75% superior ao patamar de 2009. Além disso, destaca-se que a companhia já celebrou contratos de matéria-prima para suprimento de suas necessidades de produção até o início do segundo semestre deste ano. Caso o cenário para o segundo semestre de 2010 não esteja favorável ao refino, a Companhia poderá utilizar uma eventual capacidade ociosa para o processamento de petróleo para a Petrobras. Por fim, agradecemos a todos aqueles que contribuíram para que a companhia superasse as expectativas de resultados no exercício de 2009, propiciando a construção de um futuro mais promissor para os anos seguintes.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	2009	2008		2009	2008
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	63.554	5.555	Financiamentos e empréstimos (Nota 10)	87.555	75.625
Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.097	80	Fornecedores	585	-
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	38.651	2.644	Contas a pagar com partes relacionadas (Nota 8)	67.982	10.758
Estoques (Nota 6)	81.574	24.007	Impostos e contribuições a recolher (Nota 11)	18.932	2.207
Imposto a recuperar (Nota 7)	11.162	10.014	Imposto de renda e contribuição social	1.324	-
Outros ativos circulantes	517	184	Salários e férias a pagar	1.843	1.454
	198.555	42.484	Provisão para contingências (Nota 12)	538	350
			Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	5.453	-
			Provisão para benefício pós-emprego (Nota 13)	3.848	3.171
			Outros passivos circulantes	275	911
				188.335	94.476
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Financiamentos e empréstimos (Nota 10)	17.500	-
Outros ativos de longo prazo	444	134	Provisão para contingências (Nota 12)	584	295
			Provisão para benefício pós-emprego (Nota 13)	38.679	35.698
				56.763	35.993
Imobilizado (Nota 9)	40.591	34.875	Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	15.296	296
Investimentos		392	Reserva de reavaliação	6.185	6.185
	41.035	35.401	Ajustes de avaliação patrimonial	1.602	-
			Reservas de lucros especial de dividendos	-	20.637
			Prejuízos acumulados	(28.591)	(79.702)
				(5.508)	(52.584)
Total do ativo	239.590	77.885	Total do passivo e patrimônio líquido	239.590	77.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de capital	Legal	Reserva de reavaliação	Lucros a realizar	Reserva especial de dividendos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008	475.000	-	136.393	28.197	6.185	115.988	-	-	761.763
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(37.836)	(37.836)
Cisão parcial	(474.704)	-	(136.393)	(28.197)	-	(115.988)	20.637	(41.866)	(776.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	296	-	-	-	6.185	-	20.637	(79.702)	(52.584)
Aumento de capital	15.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.602	-	-	-	-	-	-	1.602
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.474	30.474
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	(20.637)	20.637	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.296	1.602	-	-	6.185	-	-	(28.591)	(5.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação

	2009	2008
Receita operacional bruta		
Venda de produtos e serviços	1.090.082	723.272
Serviços prestados	8.392	5.515
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(345.527)	(203.367)
Devoluções e abatimentos	(25)	(12.621)
Receita operacional líquida	752.922	512.799
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(655.581)	(528.212)
Lucro (prejuízo) bruto	97.341	(15.413)
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(6.564)	(6.415)
Administrativas e gerais	(18.049)	(20.205)
Honorários da administração	(621)	(447)
Despesas financeiras (Nota 16)	(30.866)	(19.205)
Receitas financeiras (Nota 16)	1.806	16.219
Resultado da equivalência patrimonial	-	(17.861)
Outras receitas, líquidas de despesas	146	25.311
Lucro (prej.) antes do imp. de renda e da contrib. social	43.193	(37.836)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)	(12.719)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.474	(37.836)
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	1,99	(127,82)
Quantidade de ações ao final do exercício	15.296.000	296.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 - Em milhares de reais

	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prej.) antes do imp. de renda e contr. social	43.193	(37.836)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	3.493	3.506
Resultado na venda de ativos imobilizados	(408)	43
Encargos financ. n/realizados s/empréstimos e financiamentos	718	624
Resultado de instrumentos financeiros derivativos n/realizados	7.055	-
Provisão para benefício pós-emprego	3.658	416
Provisão para estoque a valor líquido realizável	415	-
Provisão para contingências	477	42
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(3.017)	2.334
(Aumento) redução em contas a receber de partes relacionadas	(36.007)	299.773
(Aumento) redução nos estoques	(57.982)	31.576
Aumento (redução) em fornecedores	585	(507)
Aumento (redução) em contas a pagar de partes relacionadas	57.224	(29.141)
(Redução) aumento dos demais grupos do ativo	(1.399)	20.726
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	16.478	(52.675)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.395)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23.088	238.881
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	457	-
Aquisição de ativo imobilizado	(9.258)	(4.064)
Cisão	-	(268.574)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(8.801)	(272.638)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	15.000	-
Empréstimos e financiamentos tomados	375.940	394.093
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(347.228)	(358.769)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	43.712	35.324



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 – (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia iniciou suas atividades em 1937.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2008 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. para Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. com registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 26 de fevereiro de 2009.

Suas atividades principais são o refino, o processamento, a comercialização e importação de petróleo, seus derivados e correlatos.

São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (34,6% de ações ordinárias e 34,4% de ações preferências), Braskem S.A. (32,7% de ações ordinárias e 32,5% de ações preferências), Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (32,7% de ações ordinárias e 32,5% de ações preferências), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,6% de ações preferências).

Os principais produtos produzidos pela Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. são Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível, Asfalto, Aguardar e Solventes Especiais. Os principais fornecedores de matéria-prima da sociedade são Pifco – Petrobras International Finance Co., Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Braskem Incorporated Limited.

A área de atuação da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. abrange o mercado da região sul do Brasil.

Em 27 de fevereiro de 2008, a Companhia foi cindida para a retirada dos Ativos Petroquímicos e dos Ativos Ultrapar representados por ações da IQ Soluções e Química S.A. (nova denominação da Ipiranga Química S.A.) e para a receber e seus direitos econômicos, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 seguiram as práticas adotadas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2008, quando foram introduzidas as alterações na legislação societária pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória 449/2008, posteriormente convertida na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos a elaboração das Demonstrações Financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2010.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, valor residual do ativo imobilizado, provisão para ajuste ao valor de realização de estoques, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo a recebíveis relativos a serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de hedge.

Hedges de fluxo de caixa

As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge for considerado não-efetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Se o instrumento de hedge deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de hedge (*hedge accounting*), expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de hedge é descontinuada prospectivamente. O ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no patrimônio líquido permanece lá até que as transações previstas (*forecast transactions*) ocorram. Quando o item protegido for um ativo não financeiro, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o valor do respectivo ativo quando esse é reconhecido. Em outros casos, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o resultado no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado.

Hedge de valor justo

Mudanças no valor justo de um instrumento derivativo de cobertura designado como hedge de valor justo são reconhecidas no resultado. O item protegido também é mensurado pelo valor justo em relação ao risco a ser coberto; o ganho ou perda atribuível ao risco coberto é reconhecido no resultado e ajustam o valor do item protegido.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrições para sua utilização. A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias (ou prazo inferior) a partir da data da contratação.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

• Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:
- As matérias-primas compreendem, principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio do custo de aquisição, que não excede ao valor de mercado;
- Os derivados de petróleo são demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados aos valores de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos estão apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

• Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

• Paradas programadas

A Companhia adota como prática contábil o registro no Imobilizado dos gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros. Tais paradas ocorrem em períodos programados e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção conforme o prazo de vida útil do bem.

• Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

• Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas (líquidos dos ativos garantidores do plano) são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, conforme comentado na Nota Explicativa nº 13.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e 2008 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia, conforme facultado pela MP 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa e bancos	12.105	5.555
Aplicações financeiras de curto prazo	51.449	-
	<u>63.554</u>	<u>5.555</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte bancos de primeira linha, e os títulos estão disponíveis para negociação sempre que a Companhia entender necessário.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2009	2008
Circulante:		
No País	3.097	80

6. ESTOQUES

	2009	2008
Produtos acabados	9.283	8.208
Produtos em elaboração	3.838	-
Matérias-primas	64.051	12.338
Materiais de embalagens e almoxarifado	4.339	3.385
Provisão para ajuste ao valor de realização	(414)	-
Estoques em poder de terceiros	477	76
	<u>81.574</u>	<u>24.007</u>

10. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Características	2009	2008	Indexador/ moeda	Taxa encargos financeiros anuais	Garantias	Vencimento
Moeda nacional						
Capital de Giro 1	34.731	75.625	CDI	CDI + spread de 0,185% a.m. a 0,2% a.m.	Nota promissória	De 19/10/2010 a 14/09/2012
Capital de Giro 2	20.365	-	CDI	123% CDI	Nota promissória	21/01/2010
Moeda estrangeira						
FINIMP – Financiamento de Importações ...	49.959	-	US\$	Libor anual de 1,0175% aa.+ spread 2,5% aa + comissão de 0,5% flat	Nota promissória	26/11/2011
	105.055	75.625				
Total circulante	87.555	75.625				
Total não circulante	17.500	-				
CDI – Certificado de Depósito Interbancário						

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	2009
2010	87.555
2011	10.000
2012	7.500
Total	<u>105.055</u>

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2009	2008
IRRF	98	65
ICMS	12.281	1.688
CIDE	6.500	430
Outros impostos	53	24
Total	<u>18.932</u>	<u>2.207</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Contingências		Depósitos judiciais		Valor líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Fiscais	47	144	-	-	47	144
Trabalhistas	1.075	790	311	289	764	501
(-) Circulante	1.122	934	311	289	811	645
Não circulante	538	350	-	-	538	350
	<u>584</u>	<u>584</u>	<u>311</u>	<u>289</u>	<u>273</u>	<u>295</u>

Características dos montantes:

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2009 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas de cunho salarial.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	2008
Imposto de Renda e Contribuição Social	185	187
Cofins	8.862	8.062
PIS	1.928	1.765
Outros	187	-
Circulante	<u>11.162</u>	<u>10.014</u>

Os créditos de PIS e Cofins estão compostos principalmente por montantes recolhidos por importação de matérias-primas.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas são realizadas em condições existentes no mercado, conforme negociação comercial específica entre as partes, e estão demonstradas a seguir:

	2009			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas	Compras
Empresas				
Braskem S.A.	-	1.109	83.003	72.448
Braskem Incorporated Limited	-	64.425	-	378.267
PIFCO – Petrobras International Finance Co.	-	-	-	141.672
Isatec Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda.	-	-	-	779
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	2.052	2	36.537	95.123
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	36
Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	-	2.446	-	13.845
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	-	-	507.628	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	27.915	-	176.595	-
Petrobras Distribuidora S.A.	6.173	-	175.637	-
IQ Soluções e Química S.A.	1.387	-	19.052	-
Liquigás Distribuidora S.A.	1.106	-	19.168	-
Ipiranga Asfaltos S.A.	18	-	4.461	-
Total 2009	<u>38.651</u>	<u>67.982</u>	<u>1.022.081</u>	<u>702.170</u>

	2008			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas	Compras
Empresas				
IQ Soluções e Química S.A.	541	-	17.994	-
Braskem S.A.	-	10.758	277.745	59.724
Braskem Incorporated Limited	-	-	-	308.944
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	273	-	215.427	120
Petróleo Brasileiro S.A.	1.809	-	81.041	186.505
Petrobras Distribuidora S.A.	21	-	59.327	-
PIFCO – Petrobras International Finance Co.	-	-	-	39.385
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	272
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	-	-	-	391
Ipiranga Asfaltos S.A.	-	-	6.108	-
Total 2008	<u>2.644</u>	<u>10.758</u>	<u>657.642</u>	<u>595.341</u>

Os montantes de remuneração do pessoal chave da administração são de R\$ 621, referente a benefícios de curto prazo.

O pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, incluindo os diretores e administradores desta Companhia.

9. IMOBILIZANDO

a. Composição dos saldos

	2009				2008			
	Taxas anuais de depreciação % aa	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	
Terrenos	-	11.456	-	11.456	11.456	11.456	11.456	
Prédios e benfeitorias	4	11.194	9.218	1.976	2.176	-	-	
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	10	131.278	112.270	20.008	14.377	-	-	
Móveis e utensílios	10	2.493	2.256	237	242	-	-	
Computadores e periféricos	20	2.189	1.594	595	133	-	-	
Veículos	20	885	636	249	89	-	-	
Obras em andamento	-	6.053	-	6.053	6.379	-	-	
Outros	10							



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 – (Em milhares de Reais)

A Companhia durante o exercício de 2009 passou a conceder benefícios de gratificação e indenização do FGTS por tempo de serviço apenas para os empregados que se aposentaram pelo regime especial do INSS e para o grupo de empregados que fizeram um acordo com a Companhia no qual definiram suas datas de aposentadoria. A posição do passivo atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Valor presente das obrigações cobertas	-	(50.476)
Valor presente das obrigações descobertas	(36.566)	(38.812)
Valor justo dos ativos	-	57.655
Perdas atuariais não reconhecidas	(5.961)	(7.236)
Passivo líquido de benefícios pós-emprego	(42.527)	(38.869)
Circulante	(3.848)	(3.171)
Não circulante	(38.679)	(35.698)

A composição do passivo atuarial é dada conforme segue:

	2009	2008
Plano de aposentadoria (superávit)	-	4.515
Seguro de vida	(6.105)	(7.215)
Plano de assistência médica e odontológica	(34.765)	(34.280)
Multa FGTS e gratificação	(1.657)	(1.889)
Total	(42.527)	(38.869)

Os valores reconhecidos nos demonstrações dos resultados são conforme segue:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	(118)	(415)
Custo dos juros	(3.883)	(8.860)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	5.819
Amortização de ganhos e (perdas) atuariais	153	912
Contribuições dos empregados	-	97
Total de despesas (receitas) no ano	(3.848)	(2.447)

Os movimentos no passivo líquido de benefícios pós-emprego podem ser demonstrados como segue:

	2009	2008
Passivo líquido no início do exercício	(38.869)	(38.453)
Retirada de patrocínio a plano de aposentadoria	(4.515)	-
Despesas (receitas) no ano	(3.902)	(2.447)
Contribuições reais da Companhia no ano	-	182
Benefícios reais pagos no ano	2.402	2.161
Ajuste no valor presente das obrigações e outros ajustes ..	2.357	(312)
Passivo líquido no final do exercício	(42.527)	(38.869)

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	2009	2008
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial ...	10,9	10,2
Taxa de retorno de longo prazo esperada para os ativos ...	-	10,2
Taxa média de crescimento salarial projetada	6,1	6,1
Taxa de inflação (longo prazo)	4,0	4,0
Taxa de crescimento dos serviços médicos	8,2	8,2

Premissas biométricas utilizadas:
Tábua de mortalidade – AT 2000 Basic desagregada em 10% e segregada por sexo (*).
Tábua de rotatividade – Towers Perrin ajustada ao estudo de 2006.
Tábua de mortalidade de inválidos – RRB 1983.
Tábua de entrada de inválidos – RRB 1944 modificada.
(*) Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

A Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 11 de janeiro de 2009 aprovou aumento de capital da Companhia em R\$ 15.000 mil, mediante a admissão de novos acionistas, quais sejam Braskem S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, os quais, juntamente com a Ultrarap Participações S.A., realizaram o aporte do referido valor, em partes iguais, em 18 de março de 2009.

O capital social da Companhia passou de R\$ 296 para R\$ 15.296, mediante a emissão de 15.000.000 (quinze milhões) de novas ações, sendo 5.058.651 ações ordinárias e 8.941.349 ações preferenciais, todas nominativas, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um Real) por ação, independente da espécie, mas sem valor nominal. Desta forma o total do capital social é dividido em 15.296.000 ações, sendo 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 preferenciais.

b. Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias.

Entretanto, e de acordo com o artigo 189 da Lei 6.404/76, do resultado líquido do exercício foi deduzido, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados. Considerando montante de prejuízos acumulados de anos anteriores superior ao lucro líquido do exercício, não foram destinados dividendos durante o ano de 2009.

c. Reservas de lucros

Reservas de lucros mantidas até anos anteriores foram utilizadas neste exercício para compensação de prejuízos fiscais.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia, conforme facultado pela MP 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria MP 449/08. A opção em definitivo ao RTT foi manifestada quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ.

Conciliação do resultado de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	43.193	(37.836)
e do imposto de renda	(14.686)	12.864
IR e CS pela alíquota fiscal (IR - 25%; CS - 9%)	(3.223)	1.857
Adições/exclusões temporárias, líquidas	(145)	(33)
Despesas indutíveis, permanentes	45	-
Deduções permanentes	5.448	-
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	(14.688)
Crédito tributário não constituído	(158)	-
Outros	(12.719)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.719)	-

Impostos diferidos

Em função da incerteza quanto à projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração da Companhia manteve a decisão de não constituir o crédito fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 2009.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar, tanto para fins de imposto de renda como para fins de contribuição social sobre o lucro, o valor-base de R\$ 67.635.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	2008
Despesas financeiras		
Juros	(11.380)	(9.273)
Variações cambiais passivas	(19.196)	(8.205)
Outros	(290)	(1.727)
	(30.866)	(19.205)

Receitas financeiras

Juros	101	705
Variações monetárias ativas	708	765
Variações cambiais ativas	651	14.741
Outros	346	8
	1.806	16.219
	(29.060)	(2.986)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Passa a constituir também risco de preços para a atividade de refino de petróleo quando as variações do preço do petróleo no mercado não são repassadas aos produtos derivados vendidos. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado. Não há operações contratadas de hedge para travar o custo financeiro destas operações.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de importação de petróleo, a Companhia contrata operações de derivativo na modalidade de termos de câmbio sem entrega física (NDF – "Non Deliverable Forward") como hedge cambial, para proteção do preço de aquisição da matéria-prima importada e, por consequência, e o fluxo de caixa para saída por pagamento a fornecedores por importação. Para estes casos, conforme demonstrado a seguir, a Companhia adota a contabilidade de proteção (hedge accounting). Além disso, a Companhia contrata periodicamente o mesmo tipo de operação para proteção de empréstimos e financiamentos indexados em moeda estrangeira, normalmente dólar norte americano.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

O instrumento derivativo utilizado pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF – "Non Deliverable Forward").

As operações abaixo foram consideradas como instrumentos financeiros derivativos:

Tipo de ativo	Moeda	Contraparte	Vencimentos	Valor justo
NDF – Importação de matéria-prima	US\$	Instituição Financeira	11/01/2010 a 15/06/2010	(5.797)
NDF – Financiamento	US\$	Instituição Financeira	24/11/2010	344
FINIMP	US\$	Financeira	24/11/2010	5.453
Total				344
				(5.453)

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui em aberto instrumentos NDF para aquisição de petróleo importado no valor nominal de US\$ 191.119 mil e instrumentos NDF para proteção de financiamento em moeda estrangeira no valor nominal de US\$ 29.619 mil.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2009, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais e resultado do exercício:

	2009
Ativo	
Estoques	(2.197)
Passivo	
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	5.453
Patrimônio líquido	
Ajuste de avaliação patrimonial	1.602
Resultado do exercício	
Resultado financeiro	(4.858)

A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a importação de matéria-prima (principalmente petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, e antes da liquidação do instrumento financeiro derivativo, que coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é considerada como hedge de valor justo e registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos.

A parcela não efetiva destes instrumentos e o valor correspondente a variações do valor justo de derivativos contratados para proteção de passivos por financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira são apresentados como resultado financeiro.

Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2009 a empresa apresentou os seguintes valores pagos por derivativos similares, já reconhecidos no resultado, conforme segue:

	Valor pago
Custo dos produtos vendidos	(9.508)
Resultado financeiro	(20.518)
Total	(30.026)

18. PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo:

Participação dos empregados da Companhia

Calculada em 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por: equivalência patrimonial, amortização de ágio ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio.

Participação dos administradores da Companhia

Calculada, ao final do exercício, em 10% sobre o lucro remanescente após a dedução das participações dos empregados, não podendo esta ultrapassar a remuneração global anual fixada para estes pela Assembléia Geral.

No exercício de 2009, apesar da existência de prejuízos acumulados de anos anteriores, a Companhia distribuiu cerca de R\$ 316 de participação de resultados para empregados e administradores. Este montante está apresentado no resultado como outras despesas.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em critérios estudos de riscos e perdas realizados por consultores de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pela empresa.

As principais coberturas de seguros estão relacionadas a riscos operacionais, lucros cessantes, multirisco industrial, multirisco escritório, riscos nomeados e responsabilidade civil.

20. PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Durante o ano de 2008, a entidade sofreu contínuos prejuízos operacionais, fatores estes que poderiam gerar dúvidas quanto a possibilidade de continuidade da Companhia. Com a queda no último trimestre de 2008 dos preços de matéria-prima no mercado internacional, o ano de 2009 apresentou recuperação das margens de refino no Brasil, pois os preços foram alinhados com os custos de matéria-prima ao longo do ano, permitindo projetar resultados favoráveis para o refino. Desta forma durante o exercício de 2009 a Companhia compensou parte dos prejuízos acumulados de anos anteriores. Para 2010, a Administração acredita que as perspectivas de resultado da Companhia são favoráveis, com investimentos já aprovados por seus acionistas no montante de R\$ 14,0 milhões, 75% superior ao patamar de 2009. Além disso, destaca-se que a Companhia já celebrou contratos de matéria-prima para suprimento de suas necessidades de produção até o início do segundo semestre deste ano. Caso o cenário para o segundo semestre de 2010 não esteja favorável ao refino, a Companhia poderá utilizar uma eventual capacidade ociosa para o processamento de petróleo para a Petrobras.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos e não adotados

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ADOLFO ODERICH
Presidente

FRANCISCO PAIS
Conselheiro

HENRIQUE LEOPOLDO SCHULZ
Conselheiro

MARCELLO DE SIMONE
Conselheiro

HARDI LUIZ SCHUCK
Conselheiro

FLÁVIO DO COUTO BEZERRA CAVALCANTI
Conselheiro

DIRETORIA

MARGARETH FEIJÓ BRUNET
Diretora Superintendente

EDUARDO TEIXEIRA NETO
Diretor

CONTADOR

PAULO FERNANDO DOS SANTOS TAVARES
Técnico em Contabilidade
CRC/RS: 30.892/0-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

Rio Grande - RS

- Examinamos os balanços patrimoniais da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia") levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos,

considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, até o exercício de 2008 a Companhia sofreu prejuízos operacionais contínuos e apresenta, 31 de dezembro de 2009 e 2008, passivo a descoberto, fatores estes que geram dúvidas em relação a sua continuidade operacional. Os planos da administração, com relação a este assunto, também estão descritos na mesma Nota Explicativa. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à recuperação a classificação dos ativos ou aos valores e classificação dos passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2010.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2